

Capítulo 53 - DOI:10.55232/1082022.53

**LINHAS DE FRONTEIRAS: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO,
CONFLITOS DE USO COMUNITÁRIO E PERSPECTIVAS
TURÍSTICAS: ASPECTOS SOBRE AS AÇÕES
DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE DE PINHEIRO**

Beatriz Roque Dos Santos e Alan Faber do Nascimento

A presença e uso humano das áreas naturais fizeram com que os órgãos públicos pensassem e elaborem políticas públicas voltadas para a preservação ambiental. No Brasil, as chamadas Unidades de Conservação possuem planos de manejo e leis que visam preservar o ambiente em que estão inseridas. Por definição, uma política pública possui uma relação direta com o ambiente democrático, determinando as normas e soluções para os problemas advindos da sociedade. As políticas voltadas para o meio ambiente, portanto, seguem os mesmos objetivos, visando, assim, resolver os conflitos e demandas das chamadas Unidades de Conservação e das áreas ambientais onde se encontra a presença humana. A política pública inserida em Unidades de Conservação tem entre outros objetivos a inserção de leis e práticas de preservação desses ambientes e de todo seu entorno. Uma das formas de preservação dos locais seriam pelo resgate das culturas, tradições e a preservação no contexto diário das comunidades. As Unidades de Conservação inseridas em ambientes naturais podem trazer impactos negativos, sobretudo relacionados com o uso e ocupação do solo, distribuição de terras, delimitação do uso dos recursos naturais presentes nos entornos desses locais por comunidades tradicionais – caso de planos de manejo que delimitam as áreas e proíbem o usufruto dos seus recursos. Diante desse aparato regulatório, este trabalho tem como problemática: até que ponto as políticas públicas desenvolvidas pela gestão têm de fato inserido a comunidade do Pinheiro nas atividades do parque e como os comunitários se sentem preparados para lidar com a nova realidade? Na perspectiva de responder tal questionamento os objetivos foram: analisar as políticas públicas inseridas na comunidade de Pinheiro pertencente ao entorno do Parque Estadual do Biribiri, realizar o levantamento de quais foram às ações, sua aplicabilidade e a relação com a comunidade. Para isso, foi usado como metodologia o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo com base em aplicação de entrevistas com a gestão atual do IEF e representante da comunidade de Pinheiro. Os resultados mostraram que as ações previstas foram desenvolvidas em sua quase totalidade pelas gestões do parque afirmando aqui que são possíveis diálogos. Notou-se que ainda há uma linha de fronteira entre a comunidade local e sua gestão, isso pode ser justificado pela forma de inserção da UC sem a participação comunitária. Relacionado aos conflitos socioambientais destacou-se a questão fundiária onde ainda se tem 100% do PEBI sem regularização fundiária que traz empecilhos ao seu entorno, além disso, há os conflitos de uso dos recursos naturais que devido a inserção da UC foram proibidos, trazendo assim, o desentendimento comunitário já que tal comunidade necessita de tais recursos para o desenvolvimento de suas atividades diárias. Diante de todos os apontamentos nota-se que é preciso ser traçadas ações coletivas que insiram a comunidade dentro das atividades do PEBI,

e ao mesmo tempo, possa restabelecer o sentimento de pertencimento de tal comunidade ao seu território onde se encontra inserida, a comunidade apontou o turismo como uma saída para promover o desenvolvimento local, neste sentido, faz-se necessário serem traçadas atividades, planos de ação e projetos que divulguem as potencialidades locais e insiram a comunidade nos roteiros diários do PEBI. Acredita-se, por fim, que a execução dessas sugestões pode gerar resultados satisfatórios tanto para a comunidade quanto para o órgão gestor, pois promoverá a aproximação entre os dois pólos aqui abordados.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Comunidade de Pinheiro, Turismo, PEBI

Referências Bibliográficas:

COSTA, P. C. Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.